

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **Mandato 2013-2017** -----

----- **ATA NÚMERO TRÊS** -----

----- No dia dez de dezembro de dois mil e treze, pelas dezoito horas, reuniu em Sessão Extraordinária na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, a Assembleia Municipal de Lisboa, para a realização de um Debate Específico subordinado ao tema “**Colina de Santana (S. José, Miguel Bombarda, Capuchos, Desterro, Santa Marta e Santa Joana).**” -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Ana Maria Gaspar Marques, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias, André Moz Caldas, André Nunes de Almeida Couto, António Manuel de Freitas Arruda, António Modesto Fernandes Navarro, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Augusto Miguel Gama Antunes Albuquerque, Belarmino Ferreira Fernandes da Silva, Carla Cristina Ferreira Madeira, Carlos José Pereira da Silva Santos, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Cristina Maria da Fonseca Santos Bacelar Bergonha, Daniel da Conceição Gonçalves da Silva, Diogo Feijó Leão Campos Rodrigues, Fernando José Silva e Nunes da Silva, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Floresbela Mendes Pinto, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes, João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, João Luís Valente Pires, João Manuel Costa de Magalhães Pereira, José Alberto Ferreira Franco, José António Cardoso Alves, José António Nunes do Deserto Videira, José Luís Sobreda Antunes, José Manuel Rodrigues Moreno, José Maximiano de Albuquerque Almeida leitão, José Roque Alexandre, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Margarida Maria de Moura A. da Silva de Almeida Saavedra, Maria Elisa Madureira Carvalho, Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luísa de Aguiar Aldim, Maria Simoneta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Sofia Mourão de Carvalho Cordeiro, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Miguel Tiago Crispim Rosado, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Patrocínia Conceição Alves Rodrigues Vale César, Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves, Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho, Ricardo Amaral Robles, Ricardo Manuel Azevedo Saldanha, Rita Susana da Silva Guimarães Neves, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Rosa Maria Carvalho da Silva, Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus, Sérgio Sousa Lopes Freire de Azevedo, Tiago Miguel de Albuquerque Nunes Teixeira, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Isabel Drago Lobato, Carlos de Alpoim Vieira Barbosa, Davide Miguel Santos Amado, Deolinda Carvalho Machado, Fábio Martins de Sousa, Joaquim Maria Fernandes Marques, José Manuel Marques

Casimiro, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Mariana Rodrigues Mortágua, Miguel Tiago Crispim Rosado, Sandra da Graça Lourenço Paulo, Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia, Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado. -----

----- **ABERTURA DOS TRABALHOS** -----

----- **1ª SESSÃO** -----

----- **“O Ponto em que nos Encontramos”** -----

----- O Painel foi moderado pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, **Helena Roseta**; -----

----- Participaram do debate, na qualidade de orador convidado, o **Senhor Vereador Manuel Salgado**, do pelouro do Urbanismo da Câmara Municipal de Lisboa; o Senhor Presidente do Conselho de Administração da ESTAMO, **Dr. Francisco Cal**; a **Senhora Arquiteta Inês Lobo**, responsável pela equipa que elaborou o Estudo Urbano da Colina de Santana e o Senhor Presidente da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, **Dr. Luís Cunha Ribeiro**. -----

----- Foram nomeados para relatores da primeira sessão os seguintes Deputados Municipais: -----

----- A Senhora Dr.^a Rosa Carvalho (PSD) e o Senhor Eng.^o Miguel Santos (PAN). -----

----- **A Senhora Presidente** explicou, que aquele Debate, promovido pela Assembleia Municipal de Lisboa, era público, subordinado ao tema “**Colina de Santana**” e que se iria dividir em cinco sessões. -----

----- Seguidamente deu a palavra ao Senhor Dr. Luís Cunha Ribeiro. -----

----- **Dr. Luís Cunha Ribeiro**, Presidente da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, disse que se tratava de repor aquilo que tinha sido destruído pelo terramoto. Lembrou que Lisboa tinha tido um hospital, o conhecido Hospital de Todos os Santos. Todos sabiam o que tinha acontecido àquele Hospital e que ao longo de mais de duzentos anos o problema tinha sido resolvido da melhor maneira possível, com o que havia, mas que tinha levado à desagregação de um conjunto de unidades hospitalares que, atualmente, se encontravam a ladear a Colina de Santana. -----

----- Referiu a época em que era Ministro da Saúde o Professor Correia de Campos, em 2002-2003, em que tinha sido pedido o primeiro estudo estratégico da área da grande Lisboa para a construção do novo Hospital. Processos que demoraram mas que atualmente tinham um plano funcional, sabiam o que queriam e para onde iam. -----

----- Disse que tinha havido negociações com a Câmara Municipal de Lisboa quanto à localização do novo hospital, tendo naquela altura sido adquirido um terreno, foi elaborado um plano funcional, um plano de arquitetura, um plano de negócio e um plano de financiamento, passando por encerrar um conjunto de hospitais, sendo que alguns já se encontravam encerrados por falta de condições. -----

----- Sublinhou, e para finalizar, que a Cidade de Lisboa estava, sob ponto da saúde, dividida em três grandes áreas hospitalares; a chamada zona de influência do Hospital de Santa Maria, o Centro Hospitalar Zona Norte, que tinha o Hospital de Santa Maria e o Hospital Polido Valente, o Centro Hospitalar Lisboa Ocidental com epicentro nos Hospitais São Francisco Xavier, Egas Moniz e Santa Cruz, e o Centro Hospitalar de Lisboa Central e que dava resposta à Zona Oriental de Lisboa, uma zona envelhecida,

com uma população envelhecida e que davam resposta a cerca de 1.2 milhões de pessoas, sendo até referenciados por outros hospitais. -----

----- Esperava ter o mais rapidamente possível disponível o novo hospital da Zona Oriental de Lisboa, que era essencial para a Cidade de Lisboa, para os utentes e para os munícipes, o Hospital de todos os santos, sendo que iriam ser desativados um conjunto de hospitais, sendo que o Estado tinha decidido vender à ESTAMO o conjunto de edifícios que faziam parte do Centro Hospitalar Lisboa Central, Hospital de São José, Hospital de Santa Marta, Hospital dos Capuchos e Hospital Miguel Bombarda. Daí, a urgente necessidade do novo hospital. -----

----- Salientou que do ponto de vista económico a construção do novo hospital era muito vantajosa porque tinha um período o retorno do investimento extremamente curto, ou seja, face ao que se pagava, ou ao que se devia pagar, e á manutenção dos antigos hospitais, já referidos, era rapidamente pago o investimento no novo hospital. Assim, considerava ser um crime económico não se construir o novo hospital, o Hospital Oriental de Lisboa. -----

----- **O Senhor Dr. Francisco Cal,** Presidente do Conselho de Administração da ESTAMO, disse que a ESTAMO era uma empresa de capitais públicos que estava vocacionada para tratar do imobiliário excedentário do Estado. Não era a ESTAMO que definia qual era o imobiliário excedentário, essa definição cabia ao Estado, tal como tinha anteriormente, referido o representante do Ministério da Saúde ao confirmar a desativação de vários hospitais por parte do Ministério da Saúde. -----

----- A ESTAMO ao adquirir os referidos hospitais fê-lo com base em vários cenários de avaliação feitos em conjunto pela Direção Geral do Tesouro e Finanças e pelo Ministério da Saúde, dos usos alternativos que era possível dar àqueles hospitais, sendo aquela uma situação do conhecimento público, inclusive o valor pago pela ESTAMO, confirmando que uma parte significativa do pagamento fazia parte do plano de financiamento do Novo hospital de Todos os Santos, tal como tinham tido conhecimento numa reunião com a Câmara Municipal de Lisboa, com o Ministério da Saúde e com elementos do Banco Europeu de Investimento os quais facilitaram uma linha de crédito que iria financiar o novo hospital. -----

----- Sublinhou que a preocupação da ESTAMO, desde o início, foi contratar para cada um dos referidos hospitais os arquitetos que considerou com capacidade suficiente para fazerem projetos inovadores no sentido de valorizar e recuperar o investimento feito naqueles hospitais. E em estreita colaboração com a Câmara e com o IGESPAR, foram conhecendo o que se estava a desenhar para futuro daqueles hospitais. -----

----- Referiu que numa primeira fase pensou-se avançar com planos de pormenor mas como estava em curso a revisão do PDM, sendo que aqueles hospitais estavam referidos no PDM como “equipamento público”, a primeira coisa a fazer era mudar o seu uso. Por isso, e em concertação com a Câmara, decidiram não realizar os planos de pormenor, e aproveitaram a revisão do PDM para designarem os novos usos que aquelas zonas iriam ter. As alterações foram feitas e o PDM foi aprovado e estava em execução sendo que era claro para todos o que se podia fazer naqueles hospitais. -----

----- Sobre os projetos em si, disse que a Arquiteta Inês Lobo era mais qualificada para falar sobre os mesmos. -----

----- **Arquiteto Manuel Salgado**, disse que, sobre a Colina de Santana, a mesmo tinha um lugar circular no centro de Lisboa, e que pela história da sua ocupação ao longo dos séculos, pela estrutura fundiária resistente à transformação, pela topografia, tratava-se de um istmo sobre o Vale Verde, a Avenida da Liberdade, e o Vale de Arroios, a Rua de Arroios e a Almirante Reis, e pela sua resistência aos sismos. -----

----- Referiu que a Colina de Santana tinha resistido á reforma urbana do Marquês de Pombal, a malha pombalina tinha esbarrado contra a colina nas traseiras do antigo Hospital de Todos os Santos, e ao traçado reformador Ressano Garcia que não conseguiu ultrapassar as cercas dos antigos conventos. -----

----- Não obstante, disse que a grande resiliência que tinha permitido um mundo à parte a dois passos do centro, ao longo dos séculos, a Colina foi mudando o uso dominante, passando de um arrabalde agrícola ao domínio dos conventos e palácios, depois do terramoto, à reconversão dos conventos e, já no final do século XIX, à instalação dos hospitais e, mais tarde ainda, no início do século XX, ao despontar das atividades do conhecimento com a instalação da Faculdade de Ciências Médicas e dos centros de investigação no domínio da saúde. -----

----- Há mais de uma década, e para que fosse possível substituir o conjunto dos hospitais instalados na Colina de Santana, o Ministério da Saúde tinha decidido construir um novo hospital, o Hospital de Todos os Santos. Aquela decisão tinha sido confirmada pelas sucessivas administrações da saúde, e o terreno que tinha foi adquirido ao Município com aprovação daquela Assembleia Municipal que, em 2007, decidiu alienar o terreno para a construção do referido hospital. -----

----- O local escolhido, Marvila, estava localizado no centro da zona mais povoada da Cidade de Lisboa e iria servir mais de duzentos e sessenta e sete mil e seiscentos lisboetas. E tinha uma excelente acessibilidade. -----

----- Referiu que a construção do novo hospital tinha implícita a desativação das unidades hospitalares instaladas na Colina de Santana, já tendo sido dado início ao processo de desativação dos mesmos, sendo concluído com a entrada em funcionamento do Hospital de Todos os Santos. -----

----- Sublinhou que o Convento Santa Joana Princesa que há mais de cinquenta anos acolhia a Brigada de Trânsito da PSP, estava praticamente desocupada, já tendo ium pedido de informação prévia, aprovado pela Câmara, sobre o que se poderia fazer naquele terreno. -----

----- Disse que, felizmente, no conjunto dos antigos conventos, tinham sido adquiridos por uma entidade do Estado, a ESTAMO, o que dispensava tratar com diferentes proprietários, o que tornava mais fácil encontrar as soluções de conjunto que mais interessavam à cidade. -----

----- Afirmou que não pretendiam que fosse repetida a história triste do antigo Hospital de Arroios, vendido pelo Estado a um particular, e que estava ao abandono e em ruínas num processo litigioso que se arrastava há anos. -----

----- Não queriam que o Hospital Miguel Bombarda seguisse o mesmo caminho, sendo que estava desativado e a degradar-se.-----

----- Consideravam que a decisão tomada em relação ao Hospital do Desterro era uma decisão acertada, recuperar gradualmente o edifício com um pequeno investimento para instalar atividades que criavam emprego jovem.-----

----- Disse que não queriam que a transformação de cada hospital fosse abordada isoladamente, perdendo-se as vantagens de uma visão de conjunto. Sabiam que fazer-se uma intervenção conjunta para os seis antigos conventos era uma grande oportunidade para reabilitar o centro da cidade. Com uma abordagem de conjunto disse ser possível valorizar os pontos fortes, suprir os pontos fracos, acautelar as ameaças e, percebendo as tendências de evolução, encontrar um novo desígnio para a Colina de Santana. -----

----- A estratégia de regeneração urbana para a Cidade de Lisboa tinha ficado definida com a revisão do PDM, de 2012, baseando-se num novo paradigma de planeamento e gestão urbanística da cidade. Entre 1994 e 2010, tinham-se urbanizado dois mil hectares no Município de Lisboa. Tinha sido a fase de expansão, a fase da Expo, da Alta de Lisboa, de toda a zona que ia desde São Domingos de Benfica e Benfica, e Lumiar, e por isso foi designada pela fase de expansão, tendo a cidade ficado, praticamente, esgotada. A prioridade, atualmente, era a regeneração da cidade consolidada através de uma estratégia que fixasse mais famílias, mais empresas e emprego, de reabilitação do edificado, do espaço público, dos equipamentos, potenciando e valorizando o que existia, do reforço da coesão social em cada bairro e na cidade em geral, da valorização do património histórico e arquitetónico identitário de Lisboa, colocando á vista o que estava a ser desprezado, a procura da sustentabilidade ambiental e do aumento da eficiência energética, tanto na mobilidade, como nos edifícios, privilegiando os meios suaves de mobilidade e o transporte público. -----

----- As cercas dos conventos que ao longo dos séculos acolhiam diferentes usos, eram reservas de espaços de enorme capacidade. Era possível colocar em destaque o património, libertando os elementos espúrios construídos nas últimas décadas, sendo possível romper com os muros das cercas, abrindo novos territórios à cidade, novos espaços públicos, novos percursos que aproximassem as pessoas, os lugares e as coisas, tornando a Colina de Santana mais acessível e ligada ao centro sem destruir o seu carácter, demolindo construções sem valor, ganhando espaços abertos e oferecendo jardins e novos moradores à cidade. Era possível, também, disponibilizar novos espaços para atividades económicas para fixar famílias e localizar novos equipamentos coletivos de nível metropolitano, municipal e de proximidade. Era possível aumentar a dotação de estacionamento para residentes das áreas envolventes dos antigos conventos e instalar meios mecânicos em percursos pedonais suaves que ligassem a Colina de Santana aos vales envolventes e com o sistema de transportes públicos que os percorriam, tal como, recentemente, tinham feito na Baixa de Lisboa. -

----- Afirmou que tinham solicitado ao promotor da ESTAMO um estudo para toda a Colina de Santana que desse sentido e coerência a todas as intervenções *per si*,

aprofundasse o conhecimento e a caracterização do riquíssimo património arquitetónico, valorizasse o espaço público e as ligações pedonais com a matriz que articulava todo o território e aprofundasse os estudos sobre as medidas a tomar para a sustentabilidade ambiental da Colina de Santana. -----

----- Disse que, simultaneamente, os serviços municipais de planeamento e reabilitação urbana tinham coordenado um trabalho com os restantes departamentos municipais, de caracterização da Colina do ponto de vista social, económico, estrutura edificada, paisagem e património, para construir um programa de recuperação que ia para além das intervenções para cada um dos diferentes conventos.-----

----- Afirmou que tinham uma estratégia para toda a Colina de Santana que acautelava a desativação dos três hospitais que restavam. -----

----- Sabiam o que devia de ser feito para que fossem integradas as propostas do promotor, sabiam que os hospitais empregavam cerca de cinco mil profissionais e acolhiam, por ano, cerca de seiscentos mil visitantes, uma presença humana que se perderia com a saída dos hospitais. Mas também sabiam que as universidades, a Escola Médica, a Universidade Autónoma e a Academia Militar, o novo centro de investigação e as escolas de enfermagem e de joalheria, e outras, vinham a reforçar a investigação do conhecimento, investigação e criatividade no território. -----

----- Disse que também sabiam que na Colina de Santana a população era mais idosa do que a média da cidade, que a dimensão média da família era menor que no resto da cidade, e a densidade habitacional mais alta. -----

----- Sublinhou que foram localizadas bolsas de pobreza e fogos sem retrete e sem casa de banho e que a média dos fogos devolutos, bem como os edifícios em mau estado, era superior à média da cidade. Por outro lado, faltavam equipamentos para jovens e idosos, e que necessitavam de aumentar as áreas permeáveis, demolindo anexos que destruíram solo vivo e aumentar a presença do espaço verde e que ajudariam a valorizar o património arquitetónico. -----

----- Afirmou que em resultado dos planos e dos estudos que fizeram, propunham que a estratégia de regeneração da Colina de Santana assentasse em três desígnios; identificação do território como Colina do Conhecimento com reforço dos componentes de investigação ligado á saúde, criatividade e inovação, elegendo a universidade e outros atores locais como alavancas daquele potencial, reforçar o turismo com inclusão da área nas rotas do turismo cultural, quer pela descoberta dos valores patrimoniais escondidos nos hospitais, quer pela ambiência urbana pelo reforço da ligação aos vales centrais e às colinas fronteiras, o reforço da componente residencial potenciado pela ideia de zona recatada e aprazível onde se conseguia, igualmente, um relativo isolamento e uma surpreendente proximidade ao centro e aos eixos centrais da cidade, tirando partido do caráter histórico e identitário de cada uma das malhas que compõe o mosaico urbano da Colina de Santana coadjuvado pelo potencial desenvolvimento das redes locais de equipamentos, pela requalificação do espaço público e novas ligações aos vales. E como terceiro desígnio a afirmação da Colina de Santana como eco bairro histórico através na aposta na reabilitação urbana. -

----- E para finalizar, disse que o PDM era um plano que tinha um ano, e o Plano da Avenida da Liberdade tinha três anos e abordava parte daquele território. Assim, não precisavam de mais planos, apenas precisavam de ter um programa concreto a ter em conta no desenvolvimento das referidas intervenções. -----

----- **Arquiteta Inês Lobo**, responsável pelo estudo urbano solicitado pela ESTAMO, disse que a razão de elaborar tal estudo deveu-se às muitas questões que tinham sido levantadas, pois o património naquela zona da cidade era imenso o que implicou que o estudo fosse alargado à Colina de Santana como um todo. -----

----- Na sequência daquele trabalho, foi feito um arquivo fotográfico pelo fotógrafo e, também, arquiteto Duarte Belo, onde constam milhares de fotografias da Colina de Santana, representando, por isso, um documento importantíssimo, um novo inventário do património que reunia tudo aquilo que estava inventariado até à data, e alargava o estudo de unidades elegidas pelo historiador principal que convidaram, o Dr. Sarmento Matos, responsável por dirigir tal trabalho. Também um conjunto de arquitetos e o Engenheiro Carrilho da Graça que fez um estudo sobre a possibilidade daquele bairro se tornar um eco bairro, abordando a questão da sustentabilidade urbana. -----

----- Disse que tal trabalho só fazia sentido a partir do momento em que tiveram a certeza de que os hospitais seriam encerrados e que aquele pedaço de cidade corria um perigo de esvaziamento. -----

----- Sublinhou que as unidades urbanas que permaneciam eram património, eram um desenho urbano que devia de ser mantido. -----

----- Disse que quando se falava de bairros falava de conjuntos homogéneos que tinham a ver com um tempo específico de desenho da cidade, onde se instalaram as grandes áreas de habitação. Também quando falavam de conjuntos falavam de Torel a tal área que era a ação de requalificação do espaço público, e quando falavam de áreas falavam dos espaços entre tudo aquilo. -----

----- Sublinhou que as premissas eram, São José, Miguel Bombarda, Capuchos, Desterro, Santa Marta, Santa Joana. As restantes, Academia Militar, Estefânia, todas a áreas e edifícios devolutos. E unia tudo aquilo a questão do património, que era transversal a todas as questões, a redefinição e o entendimento daquilo que era agora o espaço público da Colina de Santana e que que aquela operação de transformação podia torná-la no futuro. -----

----- Disse que em relação à questão do património, começaram por inventariar, tentando encontrar novas estratégias para a classificação daquilo que achavam que devia de ser o património urbano, conjuntos (bairros), do edificado e, também, de infraestruturas. E relativamente à infraestruturas que era o aqueduto que deixava marcas e ajudava a desenhar os espaços públicos que ali encontraram. -----

----- Quanto aos objetivos, salientou a necessidade de reutilizar o património existente, retirando-lhe a carga de programas inadequados às suas tipologias e lógicas construtivas, requalificar os bairros históricos, tentando encontrar formas de redesenhar novas tipologias que conseguissem albergar famílias de maior dimensão, reforçar o usufruto público dos edifícios patrimoniais, e ligar em rede património,

espaço público e programas, e quando falava de programas, falava de memórias e de património imaterial. -----

----- Disse que as imagens, passadas em *PowerPoint*, viam-se mal mas eram aquelas que faziam parte do tal arquivo fotográfico. -----

----- Quanto à questão do espaço público, referiu aquela zona da cidade apesar de central, era um espaço tranquilo, onde o trânsito não cruzava permanentemente, mas, por outro lado, era um local onde as pessoas acediam, também, com dificuldade a partir do sítio mais central e que era a Avenida da Liberdade e a Baixa de Lisboa. Era necessário começar a aceder àquele território de forma fácil ao nível pedonal. -----

----- Sublinhou que quando falavam de espaço público referente àquela zona, falavam igualmente, de espaços abertos, qualificados e não ligados entre si porque eram também pouco acessíveis. Disse que podiam percorrer a Colina de Santana e não descobrir os espaços públicos que a mesma tinha disponíveis, e um exemplo disso era o Jardim do Torel, todos sabiam que existia mas raramente o cruzavam se tivessem que se deslocar ao local. Construir uma rede que ligasse aqueles espaços era, por isso, extremamente importante, ampliando aquela possibilidade de espaço público era fundamental. -----

----- Uma outra questão era repensar o programa público da Colina de Santana, já que quando pensavam na colina associavam aos conventos, aos hospitais, havia sempre a necessidade de associá-la a qualquer coisa. -----

----- Os objetivos eram ampliar e requalificar o espaço público, sendo que as seis unidades e as outras duas, a Academia Militar que tinha um espaço não público, ou melhor, com acesso restrito, de grande qualidade, era muito importante ampliar aquele espaço público, ampliar, também, as áreas permeáveis, construir uma rede de novos programas de espaços públicos introduzindo programas que estabelecessem relações com a Cidade de Lisboa nos edifícios patrimoniais mais significativos, introduzindo programas de proximidade entre áreas muito devolutas e onde se percebia claramente que facilmente se conseguia instalar todos os programas de proximidade que a colina necessitava, ampliações de escolas, pequenos centros de saúde, etc., e era também interessante verificar que muitas daquelas necessidades de programa, muitos daqueles programas que já existiam, estavam localizados ali. Também, introduzir meios de elevação mecânica que promovessem as ligações entre o vale da Avenida da Liberdade e a Colina de Santana. -----

----- Por último, classificar o sistema viário e introduzir estacionamento para atuais e novos residentes, sendo que a colina era muito bem servida de transportes. -----

----- Quanto à degradação dos bairros históricos, os objetivos passavam por encontrar estratégias de requalificação daqueles bairros, Bairro da Luz e Bairro de Santana, requalificação, também, de vilas e pátios através de uma análise cuidada tentando perceber quais deverão ser os desígnios daqueles espaços, requalificar as ligações entre espaço privado e espaço público de proximidade. -----

----- Alertou que iriam passar uma série de fotografias de vários sítios que revelavam a qualidade do construído sobre o território que ali se falava. -----

----- Pensava que a questão fundamental que a todos preocupava tinha a ver com três coisas, o tempo, e que tinha a ver com o tempo que iriam demorar para resolver aquele problema, o tempo de crise e a escolha, o facto de se encontrar em conjunto programas que pudessem ocupar aqueles lugares sem lhes retirar aquilo que cada um tinha de mais importante. -----

----- Sublinhou que a grande transformação passava pela capacidade da cidade em encontrar um modo de voltar a habitar as unidades, as grandes unidades, através de programas capazes de reinventar a relação da cidade através daqueles lugares. -----

----- Referiu que se os tempos não fossem de crise, aquele lugar facilmente encontraria programas associados às universidades, ao conhecimento, à medicina, à história da cidade, etc.. Como é que iriam, num curto espaço de tempo, evitar que aqueles edifícios ficassem ao abandono, e num tempo longo como é que iriam conseguir que a Colina de Santana voltasse a ser um programa, um tema, de referência na Cidade de Lisboa eram as questões mais perturbantes. -----

----- **A Senhora Presidente** disse que haviam dezoito inscrições. Perguntou se mais alguém pretendia inscrever-se uma vez que o limite para as inscrições eram vinte. Fechou o período das inscrições e deu a palavra às pessoas que se inscreveram, alertando que cada um dos inscritos tinha três minutos para intervir. Pedia, igualmente, que falassem de pé e que se apresentassem antes de iniciar a sua intervenção. -----

----- **DEBATE** -----

----- Intervieram no debate, por parte do público presente, os seguintes cidadãos: -----

----- **A Senhora Maria Isabel Soares** (abdicou da sua intervenção). -----

----- **O Senhor Deputado João Magalhães Pereira** disse que gostaria de dirigir umas perguntas ao Dr. Francisco Cal, relativamente à ESTAMO. Disse que ouvia falar da ESTAMO e da SOGESTAMO e perguntou se havia diferença e se a mesma era relevante. Pedeu, igualmente, que as verbas pagas pela ESTAMO, e que segundo o Dr. Francisco Cal tinham sido publicadas, pedia que as mesmas fossem ali partilhadas para conhecimento de todos. E também, qual era o serviço da dívida relativamente àquela verba. E, finalmente, uma questão relativa ao PDM, tendo ali sido abordado que o PDM tinha sido feito de forma a permitir a mudança de uso, por isso gostaria de saber se tinha havido compromissos específicos entre a ESTAMO e a Câmara Municipal antes, ou depois, daquele mesmo PDM, tal como podia concluir-se pelas palavras do Dr. Francisco Cal. -----

----- **O Senhor Vítor Albuquerque Freire** disse que antes daquele debate tinha decorrido uma espécie de consulta pública no passado mês de Julho, a qual tinha sido anunciada no jornal Correio da Manhã, e convidadas as pessoas pela Direção de Urbanismo da Câmara Municipal de Lisboa a pronunciarem-se sobre quatro projetos de loteamentos, e ouviu bastantes pessoas que o fizeram, nomeadamente pela reprovação daqueles projetos cerca de três mil assinaturas e outras milhares de assinaturas de alguns grupos de pessoas, de moradores, deram entrada através dos formulários da Câmara, indicaram o seu nome, assinaram, indicaram a morada e o BI,

tal como exigido, e os serviços municipalizados da Câmara recusavam-se a divulgar os resultados porque a maioria daquelas pessoas eram contra aqueles loteamentos. -----

----- Assim, apelava ali, à Assembleia Municipal de Lisboa que solicitasse aos serviços de urbanização da Câmara que aqueles resultados fossem divulgados, urgentemente.-----

----- Referiu que tal atitude por parte daqueles serviços da Câmara denunciava uma falta de respeito para com os cidadãos.-----

----- Sublinhou que foram mais de três mil assinaturas que reprovavam aqueles loteamentos. Mas que os resultados tinham de ser divulgados.-----

----- Disse que os projetos de loteamento constituíam um grave atentado ao património histórico, arquitetónico e cultural, não só do país como da Europa. Era uma situação bastante grave. A memória justificativa era deficiente, nomeadamente quanto a dois aspetos principais, a demolição de dezenas de edifícios construídos de raiz para hospitais, não tendo sido feito qualquer estudo de avaliação sobre aqueles edifícios a demolir o que era gravíssimo.-----

----- Para concluir disse que em relação ao estudo histórico sobre a religiosidade, sobre a saúde naqueles hospitais, também não tinha sido feito, ou então tinha sido feito muito pela rama.-----

----- Finalizou, dizendo que havia ali uma opção errada desde o início. Aquela era uma zona desertificada de Lisboa, pelo que interessava revitalizá-la e não era com habitação para as classes abastadas que iria combater-se a desertificação, pelo contrário, ia sim aumentar a desertificação naqueles locais, pelo que interessava revitalizar a zona, sendo que toda aquela opção de base estava errada.-----

----- **A Senhora Elsa Soares** disse que era médica e que tinha trabalhado em vários hospitais que estavam ameaçados de encerramento, como o Hospital de S. José e o Hospital de Santa Marta, os quais estavam localizados na Colina de Santana.-----

----- Referiu que estava a trabalhar no Hospital Pulido Valente que era um dos oito hospitais que na Cidade de Lisboa se encontravam fortemente, ameaçados de encerramento, sendo que os motivos para o encerramento do hospital eram os mesmos, mas o discurso oficial era diferente.-----

----- Sublinhou que o objetivo da sua intervenção era deixar ali uma rápida perspetiva, como médica, da eventual necessidade de destruir, encerrando oito hospitais da Cidade de Lisboa e, no caso de seis deles, para viabilizar a construção do novo Hospital que os iria substituir. Aquelos seis hospitais eram todos aqueles que constituíam o Centro Hospitalar de Lisboa Central, S. José, Santa Marta, Capuchos, D. Estefânia, Curry Cabral e Maternidade Alfredo da Costa, três deles já com projetos na Câmara para as áreas ocupadas após a destruição dos hospitais. Além daqueles seis hospitais, os outros dois eram o Instituto Gama Pinto, o qual realizava mais de trezentas consultas por dia, e o Pulido Valente com o encerramento programada para final de 2014.-----

----- Afirmou que naqueles hospitais existiam algumas das melhores unidades especializadas no país, com equipas de profissionais altamente qualificados e equipamentos de ponta, em muitas áreas da medicina, tais como, unidade de

queimados do Hospital de S. José, unidade de transplante pulmonar no Hospital de Santa Marta, única no país. Naquelas e em outras unidades fizeram-se elevados investimentos em instalações e equipamentos e que poderiam vir a ser desperdiçados. -

----- Sublinhou que a intenção de fecharem hospitais modernizados, renovados, nos quais se praticavam medicina de excelência, só podia ser para abrir espaço para o negócio hospitalar privado e para o negócio imobiliário.-----

----- Para concluir, disse que o encerramento dos hospitais e a consequente destruição do património histórico e arquitetónico não tinha qualquer justificação.-----

----- Era difícil olhar o país com enormes dificuldades financeiras embarcar facilmente no novo projeto de construção do novo hospital para a Cidade de Lisboa, sabendo que em países da Europa, mais ricos e mais desenvolvidos, tal procedimento não era seguido.-----

----- **O Senhor Arquiteto Augusto Vasco Costa** disse que a seu ver o PDM era excelente o qual, internacionalmente, tinha sido permeado, sendo os seus objetivos bem claros, preservar a silhueta da cidade, intervir de forma integrada, projetar malhas urbanas compactas, combatendo a sua fragmentação.-----

----- Referiu que os quatro projetos apresentados não respeitavam o PDM nos claros objetivos que o mesmo apresentava. No entanto, a sua densidade, que julgava andar por volta dos 0.90 e 1.2, não era excessivo, o que era um ponto positivo. -----

----- Tendo consciência que a Colina de Santana era uma zona extremamente envelhecida e decadente, precisava de ser, urgentemente, revitalizada. Por isso, pedia que tivessem imaginação e projetassem com inovação, utilizando novos materiais e novas tecnologias, mas que respeitassem a cidade e os claros objetivos do PDM. -----

----- **O Senhor Deputado Carlos Silva Santos** disse que a Câmara Municipal de Lisboa vivia dificuldades de algumas contingências, de decisões que implicavam compromissos que no futuro todos iriam pagar por opções tomadas indevidamente. ----

----- Sublinhou que não existia nenhum documento que comprovasse a vantagem para a nova construção. Apenas se baseava no processo do “novo-riquismo”, em que o entendimento era que o novo é que era muito melhor. -----

----- Disse que a questão essencial era que a cidade no seu todo ficava sem serviços de saúde, ao perder os serviços centrais, os hospitais centrais, sendo que julgava que ainda estavam a tempo de parar pois a saúde não tinha de ser “corrida” do centro da cidade e os bons serviços hospitalares não tinham de ser encerrados. -----

----- **O Senhor Dr. Gentil Martins** disse que se congratulava com aquela discussão, já que, ao princípio lhe parecia um facto consumado, e tinha esperança que tudo o que ali tinha ouvido não fosse um facto consumado. -----

----- Referiu que considerava ser extremamente importante a existência de um hospital para crianças no país, daí ser fundamental a existência do Hospital D. Estefânia na cidade de Lisboa. -----

----- Referiu que o projeto tal qual para o novo hospital e segundo o que tinha ouvido falar, era o mesmo que estava estabelecido, ou seja, uma enfermaria de crianças, um serviço de crianças num hospital para adultos, o que discordava frontalmente, e que ficasse muito claro que tal projeto teria de ser alterado. -----

----- Era essencial que aquele assunto fosse amplamente discutido, não só em gabinetes, mas a nível geral onde todos pudessem ouvir e marcar a sua posição. -----

----- **O Senhor Fernando Gonçalves** disse que aquele projeto da Colina de Santana precisava de ser reformulado de raiz. E já que o Arquiteto Manuel Salgado tinha falado da viabilidade da cidade em relação ao futuro, tinham ali uma oportunidade extraordinária de, na vertente fundamental da cidade que era o turismo, de criarem valências turísticas que não se construam, destruindo património. -----

----- Referiu que se olhassem com atenção para a oferta turística que Lisboa tinha veriam que a mesma estava à beira e se esgotar, bastava passar pelos monumentos mais marcantes da cidade e repararem que os turistas demoravam cerca de uma hora para conseguirem entrar, Jerónimos, Castelo e tantos outros, sendo que daquela forma não era possível desenvolver o turismo. E com o património riquíssimo que a Cidade de Lisboa tinha, que a Colina de Santana tinha, era um crime para a cidade que comprometia o seu futuro ao não ser aproveitado tal património. -----

----- **A Senhora Deputada Simoneta Luz Afonso**, também Presidente da Comissão Permanente de Cultura, Educação, Juventude e Desporto, disse que iria ali abordar um assunto que lhe parecia particularmente importante, que era a salvaguarda do património imaterial e do património móvel, a extinção o encerramento daqueles doze edifícios históricos. Toda aquela longa história de medicina em Portugal que encerrava tais edifícios, tinha de ser partilhada com o grande público e aquele era certamente o melhor lugar, através das vastas coleções de instrumentos e equipamentos científicos, arquivos, fotografias, pintura, escultura, cenas anatómicas, arte outsider, bibliotecas científicas de todos aqueles séculos que documentavam o progresso na área da saúde em Portugal. -----

----- Assim, era necessário ter em conta aquele património móvel e imaterial, que os referidos doze edifícios guardavam e que estavam a ser encerrados, pelo que gostariam de saber o que estava a ser feito a todo aquele património e que eram documentos incontornáveis da história da cidade e do país, cruzando ciência, sociologia, história, história das mentalidades e história de arte. -----

----- Sublinhou que aquele era o momento para repensar o espaço que era dedicado àquela história, e à preservação e partilha daquele património que seria uma âncora incontornável para aquele que já chamavam a “Colina da Saúde”. -----

----- Não podia deixar de referir, e só a título de exemplo, a força que encerrava a coleção outsider do Hospital Miguel Bombarda, ou a ceras anatómicas destinadas a identificar os efeitos exteriores das doenças venéreas, designadamente a sífilis, bem como o arquivo indissociável dos doentes, era como que um mapa da “má vida” em Lisboa, nos séculos XIX e XX, pertencente ao Hospital dos Capuchos e que tinha uma enorme importância para a Cidade de Lisboa. -----

----- A Comissão de Cultura da Assembleia Municipal de Lisboa, iria seguir de perto aquele assunto, e ouviria os vários intervenientes pois sentiam que havia pouca informação quanto à preservação e divulgação daquele património móvel, cuja dimensão devia de ter correspondência na dimensão do espaço dedicado à sua exposição/musealização/reserva. E que não pensassem que estava ali a defender que a

Colina de Santana devia de ser um museu, pois o que na verdade defendia era que a Colina de Santana devia de preservar para a memória da cidade aquele património que reforçaria o novo desígnio que todos queriam para a Colina de Santana, e como objeto de atração da população turística, sendo que o seu valor era essencial e que se não fosse tido em conta, poderia perder-se. -----

----- **O Senhor Carlos Alberto da Silva Fonseca** disse que não tinha compreendido se o Hospital D. Estefânia iria ser desativado, ou não. -----

----- Perguntou se a Faculdade de Ciências Médicas que tinha umas instalações interiores históricas lindíssimas, sobretudo ao nível da aula magna, se a mesma se mantinha como centro de ensino médico. -----

----- Referiu que subscrevia inteiramente o que a Dr.^a Elsa Soares tinha referido.-----

----- Sublinhou que os arquitetos eram quem estariam em condições de avaliar a estrutura urbana e a integração dos edifícios na cidade, sendo que, a verdade, era que a saúde não saía beneficiada com o encerramento de tantos hospitais sendo substituídos por um único hospital.-----

----- **O Senhor Vereador Carlos Moura** disse que não compreendia como é que existindo pedidos de informação prévia junto da Câmara Municipal de Lisboa e que a mesma terá colocado em consulta pública, durante uns discretos doze dias, que depois passaram a trinta dias, e que tiveram seguramente participação do público, não fosse, depois, produzido um relatório daquela participação. E, ao invés daquilo, tinham chegado àquele debate, que era uma mescla de trabalhos da Assembleia Municipal e de participação do público com o prejuízo que era o público ter apenas dois minutos para se pronunciar, três minutos, corrigiu. Era uma situação que não era aceitável.-----

----- Referiu que o Senhor Arquiteto Manuel Salgado disse que não era necessário ter outros planos. A verdade era que se tivessem outros planos era necessário terem um período de participação pública em que o público de facto, participasse porque a lei assim o obrigava, em que tivessem uma pronuncia por parte da Assembleia Municipal porque, de facto, a lei assim determinava, e não teriam aquela situação em que se procurava disfarçar com debates aquilo que deveria ter uma participação e um escrutínio do público. -----

----- Sublinhou que se comentava que aquela colina depois de desativados os hospitais, poderia servir como um polo de ensino, educação, ciência e investigação médica. Assim, perguntava ao Senhor Vereador Manuel Salgado que espécie de investigação médica poderia ser feita sem um hospital. Parecia-lhe algo extremamente contraditório. -----

----- Referiu que os pedidos de informação prévia, que tinham estado em consulta pública, aquilo que podiam notar era que todos eles obedeciam apenas à ideia de rentabilização do espaço existente para a ESTAMO, assim, fazer lucros, tal como estava mandatada.-----

----- Do estudo que ali tinham, verificavam que apesar de tudo aquilo que envolvia, o objetivo último era precisamente o mesmo, sendo que não estavam ali perante uma alteração realmente, profunda do que se pretendia fazer, a desativação dos hospitais,

de equipamentos tão necessários agora como no futuro, especialmente se a pretensão for realmente a de manter aquela colina como polo de investigação médica. -----

----- Concluiu que aquele não era o modelo de debate daquelas questões. O modelo de debate daquelas questões para que fosse sério, eficaz e cumprisse os objetivos de verificar as necessidades e os anseios das populações, teria que escutar primeiro aquelas mesmas populações e depois, então, promover-se um debate profundo sobre aqueles temas para que posteriormente, a Câmara pudesse, também, pronunciar-se. ----

----- Assim, aquele modelo não era o correto. -----

----- **O Senhor André Alves** disse que se bem tinha entendido, a empresa ESTAMO era constituída a 100% por capitais públicos. Gostaria então de saber se tinha havido um concurso para a entrega do projeto da Colina de Santana à arquiteta Inês Lobo e àqueles que supostamente terão trabalhado com a arquiteta, ou seja, se tinha havido um concurso ao qual tivessem concorrido vários projetos e que depois se tenha selecionado o melhor. -----

----- Sublinhou uma outra questão, em que não percebia como é que podia haver ali perguntas em que, depois, os oradores apenas tinham vinte minutos para responder. Julga que fazia sentido guardar as perguntas para outro dia em que houvesse um período mais alargado para respostas. -----

----- **O Senhor Augusto Martins** disse que ia ali para ser esclarecido sobre o Hospital de S. Lázaro, onde trabalhava há mais de vinte anos. -----

----- Referiu que o Estado criava uma empresa do Estado a qual comprava ao Estado os seus edifícios. Como o Estado não tinha largado os edifícios para o Estado, o Estado tinha de pagar rendas à empresa do Estado que por seu lado, pagou, ou não pagou, ao Estado, aquilo que já era do Estado. -----

----- Referiu também, que com tudo aquilo havia muita gente que no meio do Estado, se tornou empregado do Estado, ia receber comissões de lucros do Estado. Era o que entendia. -----

----- Sublinhou que o Hospital de S. Lázaro era o hospital mais antigo de Portugal e, provavelmente, o mais antigo da Europa. Tinha resistido à monarquia, à república, ao vinte e cinco de Abril, à criação dos melhores blocos operatórios do centro hospitalar, mas não resistia àquele atentado pela justificação que estaria degradado, sem intenção de fazer qualquer melhoria na sua estrutura. -----

----- **A Senhora Adélia Maria Caldas** disse que que era historiadora de arte, historiadora de urbanismo de Lisboa, tinha estudado o Hospital de S. José e, agora, como habitante da Cidade de Lisboa, não compreendia a necessidade de construção de um mega hospital em Marvila o qual iria substituir todos aqueles hospitais já ali referidos. Toda a população de Lisboa estava a envelhecer, não era só a população da Colina de Santana, sendo que não era coerente que à medida que a população envelhecia, fechavam-se hospitais, obrigando aqueles que menos podiam a deslocações desnecessárias, o que não compreendia. -----

----- Referiu que Londres, ou Paris, eram exemplos de como hospitais antigos, alguns até mais antigos que o Hospital de S. José, funcionavam no centro da cidade e que se mantinham até hoje. -----

----- **A Senhora Fátima Ferreira de Matos** disse que aquele projeto não tinha discussão pois era um verdadeiro atentado ao património nacional. -----
----- O dinheiro não podia comprar tudo.-----
----- Sublinhou que o que estava em causa era um conjunto de imóveis que faziam parte da história da medicina, em geral, e da psiquiatria, em particular, em Portugal. ---
----- O hospital Miguel Bombarda possuía um riquíssimo património, único em Portugal e na Europa, e que não podia ser alvo de desmembramento e de interesses económicos, pois nele estavam contidos os primórdios da história da saúde mental em Portugal, sendo o seu impulsionador Miguel Bombarda um dos responsáveis da implantação da república em Portugal. Um país fazia-se da memória histórica e aquele projeto era um verdadeiro atentado àquela memória. A pátria também se fazia através da história, e um homem sem pátria não tinha história, e só num apátrida é que podia estar de acordo com aquele projeto.-----
----- Referiu que os cidadãos portugueses não queriam aquele projeto e a prova eram os milhares de assinaturas que tinham sido entregues na Câmara Municipal de Lisboa.
----- Esperava que os responsáveis recusassem aquele projeto de forma a devolver a dignidade à referida instituição. -----
----- **O Senhor Engenheiro António Brotas** disse que não via em outras cidades europeias aquela ânsia de acabar com edifícios antigos, hospitais antigos, para construir um grande e novo hospital. -----
----- Referiu que a sua inquietação era ao nível financeiro porque ver um país confrontado com questões financeiras como era a situação de Portugal, a fazer um projeto que lhe parecia o mais desadaptado da circunstância. -----
----- Salientou que preferia morrer num hospital que fosse velho, como era o Hospital de Arroios, e não num grande hospital com um número infundável de pessoas. -----
----- Disse que estava ali como repórter do Jornal República, um jornal feito por pessoas com oitenta anos. O último número daquele jornal, tinha na capa uma fotografia do Hospital de Arroios completamente degradado, sendo que para evitar aquela situação, bastaria manter os hospitais no funcionamento normal. -----
----- **A Senhora Maria Augusta Sousa** disse que era enfermeira e que tinha trabalhado no Hospital de S. José e no Hospital dos Capuchos, estava, agora, aposentada.-----
----- Referiu que era necessário perceber-se que tipo de serviços de prestação de saúde é que se pretendia para a Cidade de Lisboa. -----
----- Disse que tinha trabalhado em condições que, felizmente, já não existiam. Eventualmente, existiam lacunas que era preciso sanar, mas a recuperação que tinha sido feita, as condições que hoje eram oferecidas, quer aos doentes, quer aos profissionais que estavam ao serviço não tinham comparação com a degradação existente numa fase anterior. Era capital investido, era erário público investido, sendo que era importante não desintegrar a Colina de Santana naquilo que era a rede de ofertas de cuidados de saúde na Cidade de Lisboa.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles** disse que pelo número de assinaturas recolhidas junto dos cidadãos era possível perceber o interesse que todos tinham em debater aquele tema, ali em discussão. -----

----- Sublinhou que quase se tinha deixado convencer pelas boas intenções daquele projeto. Mas, depois de ouvir o público, tinha voltado a ficar com dúvidas. Por isso, entendia que o debate se devia centrar naquilo que queriam para transformar a Cidade de Lisboa, sendo que o BE era favorável à transformação da cidade, que aquele território merecia mais do que aquilo que tinha até à data, pois era um território abandonado e degradado, devendo ser objeto de intervenção, mas uma intervenção diferente daquela que tinha sido feita nos últimos anos. A expulsão dos mais jovens, e dos menos jovens, do centro da cidade tinha que terminar. Os melhores territórios, as melhores zonas da cidade tinham de deixar de ser entregues para torres de oito andares e loftes a cinco mil euros o metro quadrado. Entendia que aquilo não era transformar a cidade pois não era a resposta à realidade existente, à crise social e económica para a qual o Município de Lisboa teria de responder. -----

----- Referiu que alguns serviços de saúde de proximidade estariam eventualmente em risco, sendo que era importante pensar que tipo de cidade se pretendia para aquela zona. -----

----- Sublinhou que o tempo dos espaços que só podiam ser fruídos por apenas uma parte da população lisboeta tinha de terminar. Existiam outras alternativas, o BE já tinha apresentado algumas delas, mas continuavam interessados em debater o assunto. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Fernando Nunes da Silva** disse que havia duas questões interdependentes entre si, a primeira era o modelo de saúde e o modelo hospitalar para a Cidade de Lisboa, e disse que aqui tinha sérias dúvidas que a melhor solução fosse construir um novo Hospital de Santa Maria e fechar todos os outros hospitais, sendo que aquela era uma questão que deveria ser abordada. Depois, era o processo urbanístico e que era aquele que os levava ali, sendo que aquele processo foi politicamente mal conduzido e por estar completamente invertido em relação aquilo que devia ser feito, podia colocar em risco uma intervenção que era necessária na Colina de Santana em termos de requalificação urbanística, em termos de recuperação de todo aquele espaço, independentemente do modelo de saúde que viesse a ser adotado. -----

----- Disse que aquela discussão só tinha sido possível ter ali porque numa das últimas reuniões de Câmara do último mandato, um conjunto de vereadores, inclusivamente, dentro do executivo que maioritariamente governava a Câmara, tinham-se oposto à aprovação dos pedidos de informação prévia o que tinha feito parar o processo, temporariamente. O que acontecia é que primeiro faziam os loteamentos, peça a peça, para cada hospital e só agora se começava a falar do debate público devido àquela situação. -----

----- Referiu que a recente lei aprovada na Assembleia da República, e que era a nova Lei de Bases do Ordenamento do Território e da Política de Solos, previa, embora estivesse só na generalidade, que cada vez que o município requalificasse o solo ou intervisse relativamente a expectativas que tinham sido criadas nomeadamente através

de um pedido de informação prévia aprovado, tinha de dar uma justa indemnização para rever a sua posição, sendo que aquela justa indemnização era calculada através do código das expropriações que dizia que a indemnização era paga em função do valor médio do aproveitamento urbanístico que se poderia fazer á volta, pelo que estava tudo dito sobre aquele assunto. -----

----- Um segundo ponto era que estavam a definir projetos com o nível detalhe arquitetónico brutal e só agora discutiam o problema estratégico para a Colina de Santana. A importância daquela colina era essencial. Estavam a discutir dezasseis hectares de terreno que poderiam ser reaproveitados e reutilizados. Não havia muitos outros sítios na Cidade de Lisboa com aquela concentração de espaço onde fosse possível intervir. E era espantoso, disse, que aquilo que era no coração da cidade o principal espaço de manobra, tivesse que partir, da Assembleia Municipal, a sua discussão pública, o seu começo que esperava não ficar por ali. -----

----- Existiam problemas de ligação aos vales e entre os vales que nunca tinham sido referidos. Um dos problemas que não se tinha conseguido resolver e dificilmente se resolveria sem outro tipo de alternativa, quanto á pressão do tráfego que ainda existia na Baixa, passava, exatamente, por resolver o atravessamento da Colina de Santana, e as alternativas que existiam não eram, propriamente, as mais adequadas. Por isso, aquele assunto devia ser pensado. -----

----- Mas também tinha a ver com política de habitação e de reabilitação, tinha a ver com política de ensino, tinha a ver com a cidade Erasmo, com a investigação, etc. -----

----- Referiu que quem definia objetivos, programas e metas devia de ser a Câmara Municipal, não eram os projetistas. Pelo que lamentava que aquilo que ali tinha sido apresentado não ter passado, primeiro, por uma discussão interna na Câmara e na Assembleia Municipal. Assim, fazia dois apelos o primeiro era que a Câmara adotasse em relação àquele processo um enquadramento administrativo legal diferente que permitisse a discussão pública através dos mecanismos previstos na lei e a sua apreciação pela Assembleia Municipal, o que infelizmente, não acontecia. E a segunda questão era que, de facto, tivessem em conta que aquele assunto merecia um debate, mas sobretudo, merecia uma visão, e não era, nem o PDM, nem os loteamentos, nem as unidades de execução, que eram os instrumentos adequados para trabalhar-se àquela escala na Cidade de Lisboa. -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, agradeceu a todos os intervenientes e pediu desculpa pelo seu papel antipático mas foi a forma de aproveitarem o melhor possível, o tempo disponível. -----

----- E deu a palavra à Mesa para as respetivas respostas. -----

----- Terminadas as intervenções do público, os oradores convidados usaram novamente da palavra para responder às questões que foram colocadas ao longo do debate. -----

----- **O Senhor Dr. Francisco Cal**, Presidente do Conselho de Administração da ESTAMO, respondeu que, naquele dia, tinha saído no Diário de Notícias o valor que a ESTAMO tinha pago por aquele conjunto, cento e vinte e cinco milhões de euros, uma informação que era pública e estava, igualmente, disponível no site da Direção

Geral do Tesouro e Finanças já que tinham sido aqueles que tinham vendido à ESTAMO, pelo que eram obrigados a publicitar o valor de todos os imóveis que vendiam.-----

----- Referiu que a ESTAMO era uma empresa de capitais públicos, mas era uma empresa especial porque tinha um capital social de oitocentos e cinquenta milhões de euros. Portanto, tinha muito património, património que precisava de mudar os usos para conseguir ser rentabilizado, ou seja, para fazer-se a promoção imobiliária e que era o caso daqueles imóveis, tal como também tinham imóveis arrendados, e desocupados que ou eram vendidos tal como estavam, ou era promovida a sua recuperação antes de serem vendidos.-----

----- Disse que não tinha havido nenhum compromisso específico da Câmara com a ESTAMO no que dizia respeito à revisão do PDM. A única questão colocada era que todos aqueles terrenos abandonados pelo Estado, ou seja, que tinha vendido à ESTAMO e que estavam classificados no anterior PDM como “equipamentos”, ou “quarteis”, ou como “prisões”, e uma vez que o Estado já tinha manifestado a sua intenção de abandonar aqueles locais, a Câmara, e bem, numa possibilidade que lhe era dada pela legislação, em termos de PDM, planeou o que seria o futuro da cidade, e não fez mais à ESTAMO do que o que fizera a todos os outros promotores que existiam na Cidade de Lisboa, portanto, definiu os usos que cada uma das partes de Lisboa tinha, nada a mais do que aquilo.-----

----- Sublinhou que não tinham feito nenhum concurso, pois não eram obrigados a tal. Fizeram, sim, convites atendendo ao curriculum das pessoas e aquilo que consideraram adequado para aquele tipo de intervenção.-----

----- **O Senhor Dr. Luís Cunha Ribeiro** disse que as perguntas que tinham sido ali colocadas eram múltiplas. Era evidente que todas as decisões que estavam a ser tomadas já tinham sido tomadas há mais de dez anos, por pessoas sérias, capazes e, por isso, não eram necessárias serem defendidas já que o seu percurso e a sua história falavam por si.-----

----- Declarou que, quanto ao que ali foi dito relativamente à questão do que poderia estar por detrás daquele projeto, negócios de saúde privada e negócios imobiliários, quanto ao segundo, negócios imobiliários, nada sabia. Quanto aos negócios de saúde privada, referiu que tinha um conflito e que era durante toda a sua vida tinha trabalhado exclusivamente, no setor público e dedicou-se ao serviço nacional de saúde porque entendia que era o basilar para os portugueses, era aquele o seu conflito de interesses. Portanto, não poderia estar em qualquer processo que não defendesse, em primeiro lugar, os interesses dos utentes pois entendia que era para isso que eram médicos.-----

----- Sublinhou que uma coisa era defender azulejos que faziam parte do nosso património cultural, e outra coisa era colocar doentes em enfermarias com dezasseis camas, com oito metros e meio de altura, com uma canalização péssima, com fendas na parede e infiltrações de água. Aquela situação achava inadmissível e tinha a certeza que nenhum doente gostaria de ir para sítios daqueles.-----

----- E quanto à questão económica, disse que manter os hospitais, tal como estavam, implicaria um orçamento muito elevado, pagar as rendas, a manutenção, não poderiam continuar a permitir que chovesse no interior daqueles hospitais, etc. e tinham de pagar os medicamentos aos doentes, precisavam de pagar os meios complementares de diagnóstico, e precisavam de pagar às pessoas, sendo que ninguém iria destruir equipas, nem nada se iria perder, pelo contrário. Iriam ser construídas novas instalações para as equipas que iam para o novo edifício, e que não era um mega hospital pois era um hospital com oitocentas camas, portanto, tratava-se de um médio hospital em qualquer parte da Europa, era o que se fazia de melhor em qualidade ao nível internacional. -----

----- Referiu que quanto ao Hospital Gama Pinto o mesmo tinha em média 6,4 consultas por médico/dia, enquanto o Hospital de Setúbal tinha 17,6, por exemplo, era daquela forma que tinham de ser medidas as situações pois os números estavam disponíveis para conhecimento de todos, nos respetivos sites.-----

----- Acrescentou ainda, que reparassem nos índices de satisfação dos habitantes de Vila Franca de Xira face ao novo hospital, 92%, tal como Loures e Cascais, Lamego, Braga. Sugeriu que fossem ver os níveis de satisfação das populações porque era para isso que se trabalhava. Afinal, qualquer estrutura hospitalar, fosse onde fosse, era paga pelo contribuinte. -----

----- Resumindo, disse que aquele hospital que se pretendia construir era a melhor opção, sendo que ali não viu argumentos substantivos que lhe demonstrassem o contrário. -----

----- Quanto à psiquiatria, referiu que a tendência era que os doentes fossem tratados na comunidade, abandonando, completamente, a ideia dos asilos. O doente passou a ser envolvido na comunidade no apoio ativo àqueles doentes e, por isso, o paradigma tinha mudado. -----

----- Sublinhou que o envelhecimento em Portugal era uma tragédia, conjuntamente com a baixa de nascimentos que se verificava no país, era um dos problemas mais graves que todos enfrentavam, quer na saúde, quer na segurança social, no geral. A solução era abrir unidades de cuidados continuados que já estava a acontecer a alguns anos, era abrir unidades de cuidados paliativos, era abrir unidades de convalescenças, porque não era nos hospitais que se tratavam aqueles doentes, nos hospitais o que tinha de ser diminuído era o tempo de espera.-----

----- Referiu que a taxa de infeção e de morte em Portugal por infeção hospitalar era das mais altas da Europa. E não era por causa daquela história dos médicos e dos enfermeiros que não levavam as mãos, era precisamente pelas más condições que os hospitais apresentavam, com fendas e fungos na parede, por exemplo. -----

----- Tinha todo o gosto, no futuro, em ajudar a esclarecer aquela temática.-----

----- **O Senhor Arquiteto Manuel Salgado** disse que não tinha havido qualquer compromisso entre a ESTAMO e a Câmara Municipal de Lisboa relativamente àquilo que tinha sido contemplado no PDM. O regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, que era a legislação que enquadrava a elaboração dos planos, determinava que os municípios, quando executavam um plano, eram obrigados a contemplar os

programas e os planos da administração central, sendo que lhes foram sempre transmitidos que os hospitais na Colina de Santana eram para desativar e por isso deviam de ser contemplados no PDM aquela desativação. E o que ficou estabelecido foram os índices que estavam definidos iguais para as áreas com o mesmo tipo de características. Não tinha havido, nem índice a mais, nem índice a menos, sendo definido o mesmo. -----

----- Referiu que o próprio PDM, no seu relatório, quando falava nas unidades operativa de planeamento e gestão, em que tinha o conteúdo estratégico que devia de ser seguido em cada uma daquelas unidades, abordava especificamente, a Colina de Santana. E aquilo que ali tinha dito, não era mais do que aquilo que estava expresso naquele instrumento. -----

----- O PDM tinha tido um longo período de discussão e de apreciação naquela Assembleia Municipal, tendo sido aprovado com uma maioria alargada, e justiça fosse feita que os dois únicos partidos que se tinham manifestado contra o PDM e, nomeadamente, contra os seus instrumentos de execução, foram o PCP e o BE. Quanto aos restantes, aquele problema não tinha sido levantado. -----

----- Disse que quando a administração central pretendia desativar um equipamento, incluía no orçamento geral do Estado uma norma em que obrigava os municípios a fazerem aquelas alterações. Ainda, recentemente, tinha havido alterações introduzidas por decisão do Conselho de Ministros, nomeadamente de equipamentos de uso militar, e estava uma proposta na Assembleia Municipal para ser apreciada que respondia a uma exigência da administração central de desativação de alguns espaços na Cidade de Lisboa. -----

----- Quanto à questão da consulta pública, esclareceu que primeiro tinha sido afixado um período sendo que, depois, aquele período foi acrescido, e em determinada altura como o período da consulta pública se prolongava, praticamente, para o período eleitoral, foi decidido pelo Senhor Presidente da Câmara, e ratificado na Câmara Municipal de Lisboa, que se suspendia a consulta pública e que a mesma seria retomada no atual mandato, decorridas as eleições, para evitar que o clima eleitoral pudesse, de algum modo, contaminar a discussão. Iriam prosseguir com aqueles debates na Assembleia Municipal e, concluídos aqueles debates, e em função do relatório que for feito, os pedidos de informação prévia seriam reavaliados e, nessa altura, seria reaberta nova consulta pública e feita a resposta a todas as pessoas de todas as questões que fossem levantadas. -----

----- Referiu que tinha sido expresso que uma das valências que deveria ser explorada para a Colina de Santana era, exatamente, o turismo ligado à descoberta de um património que muito poucas pessoas conheciam. Disse que quando abordou no documento os três desígnios que no seu entender deveriam presidir ao programa a desenvolver para a Colina de Santana, falou na Colina do Conhecimento, investigação, criatividade e inovação, referindo, também, o turismo ligado à descoberta do património móvel e imóvel da Colina de Santana. -----

----- Também, falou da componente residencial e na necessidade em apostar naquela componente, tendo em conta as necessidades e os problemas que existiam e que

estavam caracterizadas bolsas de pobreza existentes na Colina de Santana, habitação em muito mau estado de conservação, percentagem de fogos devolutos superiores à média da cidade, sendo muito importante aquela componente.-----

----- Quanto ao Eco Bairro, tendo de se ter em conta a suficiência energética, a resistência aos sismos, e todas as preocupações que deveriam ter naquela matéria.-----

----- Esclareceu que não estavam previstos, nem centros comerciais, nem condomínios de luxo. O que estava previsto era que as cercas fossem destruídas e que todos aqueles espaços fossem espaços públicos, contínuos e abertos, o que estava claramente dito na memória descritiva e nas orientações que foram definidas no PDM.-----

----- Sublinhou que iria haver uma outra sessão só sobre a questão do património, porque o cuidado que tinha havida na avaliação do património, no alargar o património classificado, para além daquele que já estava nos instrumentos municipais, na pesquisa que tinha sido feita naquela matéria, no cuidado que se tinha tido em utilizar o património da Colina de Santana como um fator de valorização da Colina de Santana, não percebia como é que diziam que se estava a cometer um crime, destruindo património, já que a preocupação tinha sido, rigorosamente, a oposta.-----

----- Quanto á questão do Hospital da Estefânia, disse que o mesmo não fazia parte dos hospitais a desativar, nem nunca aquela questão tinha sido colocada, nem tão pouco a Faculdade de Ciências Médicas, antes pelo contrário, já que se tratavam de alavancas do desenvolvimento do projeto futuro da Colina de Santana como a Colina do Conhecimento.-----

----- Os edifícios de grande valor patrimonial estavam identificados e eram previstos serem transferidos, ou na totalidade, ou em grande parte, para o município para instalar equipamentos, para instalar áreas ou outras unidades de criação, ou outras estruturas para a dinamização económica e a criação de emprego e localização de equipamentos de proximidade na Colina de Santana.-----

----- Afirmou que teriam de ter cuidado com os programas habitacionais, e por isso aquilo que era apontado era soluções que não passavam por condomínios fechados, não estando previsto um único, antes programas de habitação que fossem, efetivamente, acessível.-----

----- Não tinha a pretensão de achar que tudo tinha sido bem resolvido do ponto de vista do processo urbanístico e da apresentação política de que teria sido mal conduzido todo aquele processo. Disse que na verdade, aquele processo tinha sido apresentado aos vários vereadores, vinha na sequência de um PDM que tinha tido uma participação muito alargada do executivo municipal, vinha na sequência de um conteúdo programático que estava no PDM e que referia, especificamente, a Colina de Santana e o que era proposto para aquele local. E por fim, disse que os “PIP’s” tinham a validade de um ano, sendo que ao fim de um ano perdia totalmente o seu valor o que implicava não haver qualquer hipótese de invocar, decorrido um ano, que houvesse valores a indemnizar.-----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, disse que o Senhor Vereador Manuel Salgado tinha, ali, dito que a Câmara Municipal de Lisboa tinha suspenso a

discussão daquela matéria e que iria aguardar pelas conclusões do debate na Assembleia Municipal. Tinham, até Fevereiro, mais quatro sessões e no fim daquelas cinco sessões iria haver um relatório que seria apreciado pela Assembleia Municipal numa sessão normal da Assembleia Municipal, com votação. Portanto, era muito importante o que a Assembleia Municipal de Lisboa estava ali a fazer, e a verdade era que naquele momento ainda tinham a possibilidade de interferir naquilo que a Assembleia Municipal entendesse, pois tinha competências na lei para se pronunciar sobre todos os assuntos de interesse para o município, e pensava que quanto àquilo todos estavam de acordo, aquele era um assunto de interesse do município apesar das divergências de opiniões que foi patente, e das diferentes argumentações que foram apresentadas, a Assembleia Municipal não deixaria de olhar para aquele assunto como um assunto de interesse para o município e de procurar, com o contributo de todas as forças políticas, aquilo que fossem as melhores recomendações que pudessem ser feitas naquela altura, fossem elas quais fossem. Portanto, o debate estava em aberto pelo que convidava a todos a participarem. -----
----- Agradeceu a todos os que ali estiveram presentes. -----
----- A Presidente da Assembleia Municipal -----